

/ PALAVRA DO LEITOR

TJRS pode ser mais eficiente

Na coluna Espaço Vital, Marco Antonio Birnfeld aborda uma ação indenizatória ajuizada na comarca de Parobé em 21 de fevereiro de 2008, caso mais antigo da Justiça gaúcha, e que dentro de três semanas completará 18 anos de "tramitação". (Jornal do Comércio, 6, 7 e 8 de fevereiro). O Judiciário brinca com a paciência do povo! Processo trabalhista é o que mais temos, certamente, e a maioria com idade superior a 10 anos. As pessoas morrem esperando justiça, só que ela acontece apenas para uma minoria. (Rose Torres)



Não creio que este seja o mais antigo em tramitação. Talvez, o mais antigo sem qualquer decisão. (Maristela Cardoso da Rosa)

Judiciário não é para todos. Se fosse alguém de renome ou dos Três Poderes já estaria resolvido com indenização de milhões. (Thiago Brondani)

Não é a ação antiga! Conheço uma ação que está em tramitação há 29 anos no Foro de Porto Alegre. (Mari da Matta)

Advogado em processo que completará 50 anos de tramitação. (Luís Gustavo Schwengber)

Tenho um processo de 2005 que tramita junto a uma vara cível de Gravataí. Este não é o mais antigo. (Rafael Coelho Leal)

CPI do INSS

CPI do INSS pede a Toffoli que determine comparecimento de Vorcaro e quer volta de documentos. (JC, 02/02/2026). STF completamente comprometido com a corrupção! (André Pereira)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é "Artigo" ou "Palavra do Leitor". Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

Aos anunciantes e agências de publicidade

Alteração de horário de fechamento
Face ao feriado do Carnaval em 17 de fevereiro de 2026, a edição do dia 17 será conjunta com a do dia 16 de fevereiro, com o fechamento comercial às 17h do dia 13 de fevereiro.

A edição do dia 18 de fevereiro de 2026 circulará normalmente, com o fechamento comercial às 12h do dia 16 de fevereiro.

/ ARTIGOS

Futuro do varejo já é realidade no Brasil

Betina Wecker

Participei da NRF 2026 neste início de ano com um pé na curiosidade e outro na realidade. Sim, a feira realizada em Nova York continua sendo o grande radar global de tendências do varejo, aquele lugar onde o mundo vai olhar para frente. No entanto, o que mais chamou minha atenção não foi exatamente o que apareceu como "novidade", mas a constatação de que muitas dessas agendas já fazem parte do cotidiano de empresas brasileiras.

Um dos temas centrais discutidos por executivos globais na NRF foi o chamado agentic commerce: agentes de IA capazes de conduzir a jornada de compra do início ao fim, substituindo a navegação tradicional por decisões automatizadas. Quando bem aplicada, essa tecnologia otimiza a experiência, reduz fricções e gera valor real, com menos atritos e mais conversões.

E é exatamente aí que o Brasil se diferencia. Enquanto outros mercados ainda operam com réguas estáticas, filtros engessados e experiências travadas, o varejo nacional avançou em soluções baseadas em dados comportamentais, contexto e respostas em tempo real. O Pix talvez seja o exemplo mais visível disso. Aqui, também operamos com antifraude inteligente que aprende com o comportamento de compra, soluções de recuperação de carrinhos com IA, tentativas automáticas de pagamento e mecanismos de análise contextual que personalizam a jornada

com base em cada perfil.

Ao observar esse cenário, fica claro que uma parte relevante da inovação acontece longe da vitrine, nos bastidores da compra online. A experiência do consumidor pode parecer simples, mas ela depende de camadas complexas de tecnologia que avaliam risco, contexto e comportamento em frações de segundo. Modelos baseados em regras únicas e fixas tendem a gerar distorções, pois o que é suspeito para um perfil pode ser absolutamente legítimo para outro.

Essa lógica apareceu diversas vezes nos debates da NRF como algo que ainda está "em construção" em diversos mercados. Por aqui, essa infraestrutura já existe, está disponível e vem gerando impacto direto em performance. A consequência prática é conhecida pelos varejistas que adotam essas tecnologias: menos reprovações indevidas, menor atrito na jornada, mais eficiência nas conversões. Para quem ainda não adotou esse modelo, o risco agora é ficar para trás.

Cofundadora e VP de Novos Negócios da Appmax

Varejo nacional avançou em soluções baseadas em dados comportamentais

Ações do governo contradizem discurso

Samuel Hanan

Indicadores econômicos e sociais divulgados por órgãos oficiais e instituições independentes mostraram que o governo federal tem se afastado do compromisso com o arcabouço fiscal aprovado pelo Congresso. Persistem déficits primário e nominal, crescimento acelerado da dívida pública e tolerância com a ineficiência da máquina estatal e das estatais, que acumulam prejuízos bilionários.

O governo também buscou excluir despesas vultosas do teto de gastos e adotou práticas que antes criticava, como decretar sigilo de até 100 anos sobre gastos questionáveis. Soma-se a isso a blindagem política de agentes investigados, o silêncio diante de escândalos envolvendo empresas de conduta duvidosa e a omissão no combate à sonegação bilionária e ao avanço do crime organizado.

Nas estatais, a meritocracia foi substituída por nomeações ideológicas, coincidindo com o aumento dos déficits, como no caso dos Correios,

autorizados a contrair empréstimo de R\$ 20 bilhões com aval da União. Enquanto isso, os gastos com propaganda oficial atingem níveis recordes, em clara antecipação do debate eleitoral de 2026.

O custo dessas escolhas recai sobre quem mais precisa do Estado. Mudanças na fórmula de reajuste do salário mínimo reduziram o poder de compra de aposentados, pensionistas, beneficiários do BPC e trabalhadores que recebem um salário mínimo. Benefícios sociais, como o Bolsa Família, ficaram sem correção inflacionária em 2024 e 2025, corroendo ainda mais a renda das famílias pobres.

Para uma economia fiscal modesta, o governo retirou bilhões da base da pirâmide social, aprofundando a concentração de renda, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Em dois anos, a economia obtida às custas de mais de 118 milhões de brasileiros ultrapassa R\$ 30 bilhões.

Promessas de justiça social e redistribuição de renda deram lugar a contradições evidentes entre discurso e prática. Em um País desigual, governar exige transparência, responsabilidade fiscal e compromisso real com os mais vulneráveis – não narrativas convenientes sustentadas por propaganda oficial.

Engenheiro, empresário e ex-vice-governador do Amazonas